



## Vídeo mostra empresário da Pagé como vítima de extorsão de ex-deputado

A tentativa do ex-deputado Luiz Antonio de Medeiros extorquir o empresário condenado por contrabando Law Kin Chong ganha mais um capítulo, que gera suspeitas sobre o delegado da Polícia Federal responsável pelas investigações, o hoje deputado Protógenes Queiroz (PC do B-SP). Um vídeo divulgado recentemente na internet revela trechos inéditos de um encontro entre Medeiros e Chong em 2007, em que o ex-parlamentar negocia valores e datas de pagamento livremente com o empresário, em uma postura mais ativa do que foi publicado até então.

Os trechos conhecidos à época mostravam apenas Chong “pechinchando” e pedindo para pagar em maior número de parcelas. O material foi gravado por uma equipe da Polícia Federal, que utilizou a primeira versão editada como prova de que o chinês havia tentado atrapalhar as investigações da CPI. As informações e o vídeo foram divulgados pelo *blog do Fábio Pannunzio* (<http://www.pannunzio.com.br/archives/11561>).

Para o jornalista, as cenas divulgadas mostram que o delegado da Polícia Federal que conduzia a investigação, o agora deputado Protógenes Queiroz (PC do B-SP), deixou de utilizar as provas que poderiam ter colocado Medeiros na cadeia. “Pelo que se pode depreender da cena, é o deputado quem pede dinheiro ao contrabandista, e não o contrário”, escreveu Pannunzio.

“Até hoje não está claro por que Protógenes Queiroz preferiu transformar uma vítima de extorsão em corruptor ativo sem molestar o verdadeiro criminoso — deputado que o extorquia”, completa.

O vídeo divulgado agora foi produzido pelos advogados de Chong, dono de vários *shoppings centers* populares em São Paulo. Pesavam contra ele as acusações de descaminho e evasão de divisas — mas o empresário chinês afirma que apenas administra e aluga os imóveis. A tentativa de extorsão teria ocorrido em 2007, quando a Câmara dos Deputados havia instalado a CPI da Pirataria, que investigava Chong e era presidida por Medeiros. O empresário foi condenado a quatro anos de prisão, que já cumpriu.

“Quando o contrabandista caiu nas malhas da CPI, três assessores do deputado começaram a assediá-lo com ofertas pornográficas para que ele saísse impune do processo”. Segundo o blog, foram os assessores que provocaram a reunião gravada.

Em 2005, o então deputado foi denunciado no Supremo Tribunal Federal por prevaricação e por manter em cárcere privado Law Kin Chong, numa sala da Câmara dos Deputados. O então procurador-geral da República Cláudio Fonteles acusou Medeiros de desrespeitar liminar do STF proibindo a filmagem e fotografia durante o depoimento de Chong na CPI da Pirataria.

Em depoimento, o então deputado admitiu que tinha conhecimento das liminares. Mesmo assim permitiu o acesso dos jornalistas a Chong e à sessão da CPI, segundo testemunhas. De acordo com Fonteles, Medeiros se negou a cumprir uma decisão judicial conscientemente, o que configura o crime de



prevaricação.

Confira o vídeo:

**Date Created**

21/05/2012